

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRECTO N.º 03/2015

Aquisição de Serviços – Saúde e Segurança no Trabalho

Parte I

Cláusulas Jurídicas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos tem por objecto a Aquisição de Serviços – **Saúde e Segurança no Trabalho**.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) o presente Caderno de Encargos;
- d) a proposta adjudicada;
- e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência sobre e entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos proposta de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no n.º 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 – A prestação de serviços decorrerá durante 1 ano civil. O período de prestação será de 15 de maio de 2015 a 15 de maio de 2015, não sendo objecto de renovação.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

SECÇÃO I

Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 4.ª

Obrigações do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a. obrigação de prestar os serviços identificados no presente Caderno de Encargos;
- b. obrigação de cumprir a prestação de serviços no prazo estipulado.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo, ressalvando que aquando da deslocação dos técnicos às instalações da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, que será responsável por disponibilizar o equipamento informático e as infra-estruturas de apoio necessárias à boa execução dos trabalhos.

**Cláusula 5.ª****Objecto do dever de sigilo**

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por imposição legal, decisão judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas para tanto competentes.

SECÇÃO II**Obrigações da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos****Cláusula 6.ª****Preço contratual**

- 1 – Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos.

SECÇÃO III**Penalidades contratuais e resolução****Cláusula 7.ª****Força Maior**

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados à sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 8.ª

Resolução por parte da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante simples declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, aplicando-se o disposto no n.º

3 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, sempre que houver responsabilidade do co-contratante.



SECÇÃO IV

Disposições finais

Cláusula 9.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10.^a

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 11.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 12.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em especial pelo Código dos Contratos Públicos.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 13.^a

Serviços a adquirir

A prestação de serviços deverá contemplar os serviços de Saúde e Segurança no Trabalho.

Cláusula 14.^a

Preço contratual

Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos/Especificações Técnicas, a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 15.ª

Prazo da Prestação de Serviços

A prestação de serviços decorrerá no período de 15 de maio de 2015 a 15 de maio de 2016.

Cláusula 16.ª

Local da Prestação de Serviços

A prestação de serviços decorrerá no edifício da Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos, com morada na Rua da Feiteira, n.º10, 4750-001 Abade de Neiva Barcelos.

Cláusula 17.ª

Especificações

Da proposta deve constar a metodologia na implementação dos serviços de Saúde e Segurança no Trabalho, a proposta de cronograma geral de trabalho, a descrição exaustiva dos serviços de saúde a prestar onde conste o tipo de exames e a periodicidade, a descrição exaustiva dos serviços de segurança a prestar onde conste a proposta de avaliação de riscos e formação, as características diferenciadoras e o valor a aplicar pelos serviços prestados.

O universo de trabalhadores foi definido em 80 trabalhadores/alunos.

Cláusula 18.ª

Preço Base

Pela prestação dos serviços em questão, a EMEC deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O preço base será de 3.180,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e dividido por 12 mensalidades.

Cláusula 19.ª

Faturação

A faturação do preço referido na cláusula anterior deverá ser dividida por meses e paga após validação da mesma pelo Aprovisionamento.

Barcelos, 21 de abril de 2014.

O Conselho de Administração da EMEC, E.M.

EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
CULTURA DE BARCELOS

ESCOLA DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE
BARCELOS

Rua da Feiteira, n.º10 4750-001 Abade de Neiva
NIF: 504 635 417